JAHU

CONPPAC

Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Jahu

Ata de Reunião Ordinária do CONPPAC / JAHU – Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Jahu, realizada em 26 de Junho de 2026.

SAIBAM, a quantos vieram a presente, que em vinte e seis de junho de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, no Sincomércio, localizado na Rua Rolando D'Amico, 381, Vila Assis, reuniram-se os membros do CONPPAC/JAHU - Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Jahu, para deliberações, conforme constadapauta previamente publicada no Diário Oficial do Município de Jahu, em22 de junhode 2026, edição nº 200, cujo teor das deliberações, consta a seguir. O PresidentedoConselho, o Secretário Municipal Interino de Cultura e Turismo, Murilo Ronchesel, iniciou a reunião às quatorze horas e três minutos, procedendo a chamada nominal dos Conselheiros, sendo que se fizeram presentes os senhores: Edson EduardoFrabetti (Representante Titular da Secretaria de Cultura e Turismo), Luis OtaviodeMelo Sagioro (Representante Suplente da Secretaria de Cultura e Turismo), Jacqueline Teixeira de Almeida Prado (Representante Titular da SecretariadeHabitação), Marcos Eduardo Gomes (Representante Suplente da Secretaria de MeioAmbiente), Marcelo Luiz Saviato (Representante Suplente da Secretaria deDesenvolvimento Econômico), que chegou após o início dos debates, passandoaacompanhar a reunião e votando acerca das decisões apenas após a decisão acercada 1ª (primeira) pauta apresentada na Reunião, Giovani Mineti Fabrício(Representante Suplente do COMDEMA), Paulo Eduardo Guerra (RepresentanteTitular da ONG Atuante na Área de Preservação), José Roberto Pena (RepresentanteTitular dos Proprietários de Imóveis Passíveis de Tombamento), Paulo RobertoScatambulo (Representante Titular da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil), AnaMarina (Associação dos engenheiros e Arquitetos de Jaú) que chegou após as tratativas acerca dos processos, passando a integrar a reunião apenas após afinalização da primeira pauta, Gabriel Fernandes de Areia (Representante Titular dos Empresários do Setor Imobiliário), Giovana Maria Gaido de Andrade (RepresentanteTitular do Comtur). A Arquiteta e Urbanista, Ellora Fuzinato Blasioli, responsável peloDepartamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura e Turismo, tambémse fez presente na reunião e será responsável por arquivar a lista de presença comassinaturas desta reunião em pasta própria do Departamento de PatrimônioHistórico da Secretaria de Cultura e Turismo. Após constatado quórumpeloPresidente do Conselho, deu-se início à Reunião com a leitura das pautas, conformeconvocação publicada no dia 22 de junho de 2026 em Diário Oficial Eletrônicodeedição nº 200, pág 4, contendo a seguinte ordem: 1- SOLICITA ANÁLISE – Solicitaautorização para demolição do imóvel localizado na Rua Lourenço Prado nº 764(GP- 3P) - PROCESSO: 0200004057/2026-RP-2 2- SOLICITA ANÁLISE - Solicita análisedeprojeto relativo ao imóvel localizado na Rua Lourenço Prado nº 764 (GP-3) -

PROCESSO: 0200016481/2025-RP-2 3- ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E CERTIDÃO- Imóvel situado na Rua Quintino Bocaiuva nº 243 (GP – 2) - PROCESSO: 0200000757/2024- RP-2 4 – INFORMAÇÕES E CÓPIAS - Solicita Informações e Cópia e/ou alvará de reforma referente ao imóvel localizado na Rua Aristides LôboSobrinho, nº 38. (GP-2) - PROCESSO: 0300003465/2026-PG-3 Apenso: 0200005251/2026-RP-2 5 – ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E CERTIDÃO - Solicita análiseeautorização para demolição do imóvel localizado na Rua Campos Salles nº 290 (GP-3) - PROCESSO: 0200005197/2024-RP-2 6 – SOLICITA INFORMAÇÕES - Solicitainformações sobre imóvel localizado na Rua Capitão José Ribeiro nº 540 - PROCESSO: 0200005637/2026-RP-2 7 – SOLICITA ALTERAÇÃO - Solicita alteração do GraudeProteção do Imóvel localizado na Rua Visconde do Rio Branco, 773 (GP-2) - PROCESSO: 0200005631/2026-RP-2 8 – SOLICITA AUTORIZAÇÃO- Solicitaautorização para instalação de LED luminoso no prédio localizado na Rua Humaitá, 638 (GP-2) - PROCESSO: 0200007978/2026-RP-2 9 – Apresentação dos estudos técnicos de revisão dos imóveis preserváveis para revitalização e requalificaçãodoquadrilátero histórico de Jahu. 10 – Demais assuntos de interesse pertinentes aoConselho. Foi anunciada então pelo Presidente a remoção da pauta dos itens: 3- ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E CERTIDÃO - Imóvel situado na Rua Quintino Bocaiuvanº243 (GP – 2) - PROCESSO: 0200000757/2024-RP-2, devido à não resposta por partedo Ministério Público à informações solicitadas anteriormente e item 9–Apresentação dos estudos técnicos de revisão dos imóveis preserváveis para revitalização e requalificação do quadrilátero histórico de Jahu, devido ao fato de a Fundação vinculada à UNESP, que é responsável pela análise dos estudos acerca do Patrimônio, ter solicitado uma Reunião Extraordinária onde este seja o único item que conste em sua pauta, tendo em vista que esta apresentação deve se estender por um longo período, inviabilizando sua realização junto a outras pautas. Deu-se então a abertura para que os Conselheiros pudessem definir a data para essaReunião Extraordinária, onde ficou decidido por consenso, após propostas de diferentes horários, que a Reunião ocorrerá no dia 03 de julho de 2026 (sexta-feira) às 09h00. Fora solicitado pelo requerente do processo que os itens 1- SOLICITAANÁLISE – Solicita autorização para demolição do imóvel localizado na Rua LourençoPrado nº 764 (GP-3P) - PROCESSO: 0200004057/2026-RP-2 e 2- SOLICITA ANÁLISE- Solicita análise de projeto relativo ao imóvel localizado na Rua Lourenço Pradonº764 (GP-3) - PROCESSO: 0200016481/2025-RP-2, fossem tratados posteriormente na Reunião, tendo em vista que os responsáveis pela elaboração do projeto ainda não haviam chegado à Reunião, pedido que foi acatado pelo presidente. Deu-se então inicio aos debates acerca do item 4 – INFORMAÇÕES E CÓPIAS - Solicita Informações e Cópia do projeto aprovado e/ou alvará de reforma referente ao imóvel localizado na Rua Aristides Lôbo Sobrinho, nº 38. (GP-2) - PROCESSO: 0300003465/2026-PG-3Apenso: 0200005251/2026-RP-2, onde foi constatada realização de reformas nesse imóvel que não foram autorizadas pelo Conselho, gerando então o embargamento da obra. Na última Reunião do Conselho foi solicitado que o proprietário providenciasse documentações, junto à arquiteta responsável pela assinatura da ART, para que fossem apresentadas. Deu-se então espaço para que estes apresentassem essas documentações. A Arquiteta responsável pela reforma alegou que foram constatadas irregularidades na viga que

sustenta o telhado do imóvel, o que causou vãos nas telhas e possibilitou a entrada de água em dias de chuva, acarretando em danos no assoalho do piso do prédio. Tanto a arquiteta quanto o proprietário alegaram não ter conhecimento da necessidade de obter autorização do Conselho para realização de tais reformas, porém, após a realização de embargo da obra, foi providenciada a documentação solicitada anteriormente em Reunião do Conselho, informação essa que obteve concordância do Presidente. Tendo em vista que as documentações solicitadas foram apresentadas pelo proprietário, o presidente propõe que seja retirado o embargo da obra e que que haja a expedição de autorização de manutenções no prédio, a fim de evitar sua deterioração. Foi então encaminhado para votação nominal, onde votaram favoráveis ao encaminhamento proposto: Edson Eduardo Frabetti (Representante Titular da Secretaria de CulturaeTurismo), Jacqueline Teixeira de Almeida Prado (Representante Titular da Secretariade Habitação), Marcos Eduardo Gomes (Representante Suplente da SecretariadeMeio Ambiente), Giovani Mineti Fabrício –(Representante Suplente do COMDEMA), Paulo Eduardo Guerra (Representante Titular da ONG Atuante na Área dePreservação), José Roberto Pena (Representante Titular dos Proprietários de Imóveis Passíveis de Tombamento), Paulo Roberto Scatambulo (Representante Titular daOAB - Ordem dos Advogados do Brasil), Gabriel Fernandes de Areia (RepresentanteTitular dos Empresários do Setor Imobiliário), Giovana Maria Gaido de Andrade (Representante Titular do Comtur), ficando aprovado em unânimidade pelo encaminhamento proposto. Deu-se então inicio aos debates acerca dos itens 1e2, tendo em vista a chegada dos responsáveis pelo projeto. Foi informado pelo presidente que a Secretaria de Habitação encaminhou uma resposta acerca do estado de conservação do imóvel, onde foi constatado que o mesmo não se encontra em estado de demolição, necessitando apenas de intervenções e reformas preventivas. Foi então aberto o espaço para que a Arquiteta responsável, Gabriela Guedes, apresentasse seu projeto ao Conselho, que informou que elaborou uma adaptação ao seu projeto anterior, propondo a retirada apenas de estruturas que não acarretem na perda de suas características históricas. Durante a apresentação de imagens presentes no processo por parte da arquiteta, o representante Gabriel Fernandes de Areia destacou que valoriza muito o intuito do projeto em manter as características históricas do imóvel, mas que também é importante que sejam permitidas certas alterações, visando maior atratividade do imóvel. O presidente então encaminhou a votação para decisão acerca da solicitação de demolição do imóvel, onde os Conselheiros votaram da seguinte forma: Edson Eduardo Frabetti (Representante Titular da Secretaria de Cultura e Turismo) negativa à demolição, Jacqueline Teixeira de Almeida Prado (Representante Titular da Secretaria de Habitação) negativa à demolição, Marcos Eduardo Gomes (Representante Suplenteda Secretaria de Meio Ambiente) negativa à demolição, Marcelo Luiz Saviato (Representante Suplente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico) negativa à demolição, Giovani Mineti Fabrício (Representante Suplente do COMDEMA) negativa à demolição, Paulo Eduardo Guerra (Representante Titular da ONG Atuante na Áreade Preservação negativa à demolição), José Roberto Pena (Representante Titular dos Proprietários de Imóveis Passíveis de Tombamento) negativa à demolição, PauloRoberto Scatambulo

(Representante Titular da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil) negativa à demolição, Ana Marina (Associação dos engenheiros e Arquitetos de Jaú) negativa à demolição, Gabriel Fernandes de Areia (Representante Titular dos Empresários do Setor Imobiliário) negativa à demolição, Giovana Maria Gaido de Andrade (Representante Titular do Comtur)negativa à demolição, sendo então decidido em unanimidade pela negativa à solicitação de demolição do imóvel. Nasequência, foi também decidido acerca da resposta quanto ás alterações propostas pela responsável pelo projeto, porém, antes da votação o conselheiro Giovani Mineti Fabrício questionou acerca de onde seria plantada a árvore emfrente ao imóvel, devido à preocupação quanto às mudanças climáticas cada vez mais intensas, questionamento esse que foi apresentado apenas para que constasse em reunião e pudesse ser debatido futuramente. Foi então encaminhado para votação nominal evotado favorável à autorização das reformas nos moldes do novo projeto proposto durante a reunião pelos seguintes membros: Edson Eduardo Frabetti (RepresentanteTitular da Secretaria de Cultura e Turismo), Jacqueline Teixeira de Almeida Prado(Representante Titular da Secretaria de Habitação), Marcos Eduardo Gomes (Representante Suplente da Secretaria de Meio Ambiente), Marcelo Luiz Saviato(Representante Suplente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), Giovani Mineti Fabrício (Representante Suplente do COMDEMA), Paulo Eduardo Guerra (Representante Titular da ONG Atuante na Área de Preservação) que votou favorável com a condição de que haja uma recomposição arquitetônica condizente com a composição histórica do imóvel por meio da preservação de elementos que valorizem os atributos históricos do prédio, José Roberto Pena (Representante Titular dos Proprietários de Imóveis Passíveis de Tombamento), Paulo Roberto Scatambulo (Representante Titular da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil), Ana Marina (Associação dos engenheiros e Arquitetos de Jaú), Gabriel Fernandes deAreia (Representante Titular dos Empresários do Setor Imobiliário), Giovana Maria Gaido de Andrade (Representante Titular do Comtur), ficando aprovado o novo projeto proposto durante a reunião, não sendo atendida a solicitação de condição colocada pelo Conselheiro Paulo Eduardo Guerra pelos votos dos demais representantes. Após a finalização dos debates acerca do item anterior, foi dado espaço à Eliete Chacon, presente na reunião enquanto cidadã do município, que expôs sua preocupação no que tange o patrimônio histórico quando se trata de alterações que possam descaracterizá-lo, o que seria muito negativo já que em sua visão é ele (patrimônio) que tem potencial de movimentar o turismo e comércionomunicípio, se baseando no que ocorre no exterior (como em países europeus). Foi então informado pelo conselheiro José Roberto Pena que já existem propostas no legislativo que buscam a valorização dos patrimônios em nossa cidade e que estetema é central nas reuniões realizadas por este Conselho. Também foi afirmado por Vera Lucia, professora da Rede Pública que é necessário um projeto que desenvolva a cidadania da população (promovido talvez pela Secretaria de educação nas escolas em parceria com demais agentes que possam contribuir para este projeto), tendo em vista que de nada adianta o Conselho tomar decisões de conservação do patrimônio, se não houver o cuidado e com o mesmo e seus arredores por parte do povo. Carlos Alberto, cidadão presente durante a reunião, destacou a importância do

cuidado na tomada de decisões referente ao patrimônio, tendo em vista a curiosidade dos mais jovens (conforme citado pelo mesmo) na procura pela históriae suas cobranças quanto às decisões que são tomadas hoje. Foi também exaltado o patrimônio histórico por Alcides Bernardi Junior (cidadão presente que acompanhou a reunião) que citou o interesse de universidades do exterior em estudar, inclusive com estudos divulgados pelas mesmas, o patrimônio histórico de nossa cidade. Os civis que tiveram suas falas registradas anteriormente realizaram então um novo questionamento acerca do acesso à informação da audiência Pública que decidirá quanto a classificação de imóveis na listagem de patrimônio histórico, com base no estudo de revisão do patrimônio, onde foi Informado a seguir pelo Presidente do Conselho a forma como será realizado o rito legal referente ao estudo (que seráapresentado no dia 03 de julho em Reunião Extraordinária do Conselho). O presidente então deu a palavra a Carol Panini, que havia solicitado espaço de fala anteriormente durante a reunião, onde a mesma expressou sua preocupação quantoà permanência de debates que já vinham sendo apresentados a seis anos atrás (durante sua gestão como Presidente do Conselho enquanto Secretária de Cultura). O conselheiro José Roberto Pena destacou como municípios que tomaram decisões alongo prazo no passado hoje colhem os frutos com a valorização de seu patrimônio, colocando que o município de Jaú conseguiu diminuir impactos, mas que ainda cabem melhorias. Deu-se então inicio ao debate acerca do 5 – ALVARÁDEDEMOLIÇÃO E CERTIDÃO - Solicita análise e autorização para demolição do imóvel localizado na Rua Campos Salles nº 290 (GP-3) - PROCESSO: 0200005197/2024-RP-2, onde foi informado que apesar de o processo ter tido inicio no ano de 2024, o mesmo só vem a ser apresentado no Conselho neste ano de 2026. O presidente então propõe que sejam solicitados os laudos e documentações que comprovem ou não a necessidade de demolição do imóvel, sendo encaminhando para votação, onde votaram favoráveis ao encaminhamento proposto: Edson Eduardo Frabetti (Representante Titular da Secretaria de Cultura e Turismo), Jacqueline TeixeiradeAlmeida Prado (Representante Titular da Secretaria de Habitação), Marcos EduardoGomes (Representante Suplente da Secretaria de Meio Ambiente), Marcelo Luiz Saviato (Representante Suplente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), Giovani Mineti Fabrício (Representante Suplente do COMDEMA), Paulo Eduardo Guerra (Representante Titular da ONG Atuante na Área de Preservação), JoséRoberto Pena (Representante Titular dos Proprietários de Imóveis Passíveis de Tombamento), Paulo Roberto Scatambulo (Representante Titular da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil), Ana Marina (Associação dos engenheiros e Arquitetos deJaú), Gabriel Fernandes de Areia (Representante Titular dos Empresários doSetor Imobiliário), Giovana Maria Gaido de Andrade (Representante Titular do Comtur), ficando decidido em unanimidade pela solicitação de laudos e documentações paraque o processo retorne futuramente para o Conselho. Foi dado inicio ao item6–SOLICITA INFORMAÇÕES - Solicita informações sobre imóvel localizado na RuaCapitão José Ribeiro nº 540 - PROCESSO: 0200005637/2026-RP, onde foi solicitada uma certidão confirmando se o imóvel está ou não incluído na lista de patrimônio histórico do município, porém sendo impossível afirmar no momento, pelo menos até que seja concluído o processo de revisão do

patrimônio histórico (até quese já concluído, o imóvel se encontra protegido por lei), ficando decidido que retorne futuramente após finalização da revisão. Passou-se a tratar do item7 – SOLICITAALTERAÇÃO - Solicita alteração do Grau de Proteção do Imóvel localizado na RuaVisconde do Rio Branco, 773 (GP-2) - PROCESSO: 0200005631/2026-RP-2, onde ficoudecidido pela solicitação de maiores documentações que sustentema solicitação presente no processo, que será retornado ao Conselho após providenciados. Enfim, deu-se inicio ao debate acerca do último item da reunião, o item8 – SOLICITAAUTORIZAÇÃO - Solicita autorização para instalação de LED luminoso no prédio localizado na Rua Humaitá, 638 (GP-2) - PROCESSO: 0200007978/2026-RP-2, ondefoi apresentado pelo Conselheiro Giovani Fabrício que a lei proíbe a instalação de tais estruturas a menos de 15 metros de vias muito movimentadas, sendo então o pedido negado pelo Conselho. Não havendo a solicitação de nenhuma pautaadicional, foi encerrada a Reunião às quinze horas e três minutos, com esta ata sendo lavrada pelo Secretário Edson Eduardo Frabetti e assinada pelo Presidente do CONPPAC Jahu.

MURILO RONCHESEL
Presidente do CONPPAC/JAHU
Secretário Municipal Interino de Cultura e Turismo